

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 20/Abr



cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 2955 - Ano 2023



RIO GRANDE DO SUL

PROJETO SOCIAL DO SINDICATO TRAZ NOVOS BENEFÍCIOS PARA A CATEGORIA



Projeto é mais uma conquista importante da categoria, disse o presidente Dias

O Sindivigilantes do Sul tem a satisfação de anunciar que está implementando, neste mês, um projeto social que traz diversos novos benefícios para a categoria, com ações voltadas principalmente para vigilantes em situação de vulnerabilidade social, que estejam passando por desemprego e graves dificuldades de

subsistência.

Algumas dessas ações já estão em andamento, outras começam nos próximos dias.

Está previsto um investimento significativo do sindicato no projeto, por 18 meses, conforme um acordo firmado com o Ministério Público do

Trabalho (MPT).

A diretoria anterior teve problemas judiciais e o sindicato foi processado, em 2012, por uma irregularidade ocorrida anos antes. A atual gestão recebeu essa “herança” da antiga diretoria e deveria pagar uma multa, mas apresentou o projeto social como alternativa à multa e isso foi aceito pelo MPT.

“Com o trabalho da direção e da assessoria jurídica, conseguimos uma solução inteligente, que resolve um problema que recebemos da gestão passada e cria diversos novos benefícios para a categoria”, disse o presidente do sindicato, Loreni Dias.

“Estamos muito contentes em poder apresentar esse projeto aos vigilantes, que tem um prazo de execução de 18 meses, mas poderá ser renovado e aperfeiçoado, conforme a receptividade da categoria”, completou.

Segundo ele, a proposta leva em consideração a realidade social dos vigilantes, que sofrem com muita pressão e instabilidade no trabalho, alto desemprego no setor e muitas dificuldades econômicas, com reflexos nas relações familiares e na sua saúde física e mental.

Itens do projeto

Um dos itens do projeto, a qualificação profissional, por exemplo, prevê que o sindicato vai oferecer curso gratuito de reciclagem, para vigilantes desempregados que estão com a reciclagem vencida, e um curso de informática básica que está sendo contratado.

Serão 60 vagas em cada curso, no total, sem custos para os beneficiados.

Outra iniciativa do projeto será a realização de cursos mensais de direito do trabalho, nos quais os participantes vão receber, gratuitamente, formação sobre a legislação

trabalhista, a cargo da assessoria jurídica do sindicato.

Na área da saúde, o projeto vai se somar às campanhas públicas de prevenção ao câncer de próstata e de mama, oferecendo consultas gratuitas com ginecologista e urologista, além de apoiar a divulgação dessas campanhas dos órgãos de saúde (Outubro Rosa e Novembro Azul).

Por fim, atendendo a uma solicitação frequente dos vigilantes, também serão oferecidas consultas com psicólogos e/ou psiquiatras, além de um seminário (ou palestra) sobre a prevenção de problemas emocionais graves, como a depressão e suas consequências.

As vagas e consultas são limitadas, conforme foi detalhado no projeto, e quem tiver interesse pode se inscrever diretamente no sindicato ou pelos telefones: (51) 3024-5114 / (51) 3024-5115 / (51) 3225-5070.

Haverá lista de espera, caso não haja vaga no momento.

Segundo Dias, “o projeto social do Sindivigilantes do Sul é mais uma conquista importante da categoria, que ajuda quem mais precisa de apoio e ainda fortalece o sindicato e a luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da segurança privada.”

Divulgaremos mais detalhes no decorrer da sua implementação. Parabéns vigilantes!

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Revisão do FGTS será julgada pelo STF nesta quinta-feira; entenda

Ação pede a mudança do índice utilizado para correção do dinheiro depositado nas contas do fundo, que fica abaixo da inflação

- **Trabalhadores questionam a correção do dinheiro depositado nas contas.**
- **Ação solicita outro índice para que a remuneração não perca da inflação.**
- **Segundo a Caixa, são 117 milhões de contas entre ativas e inativas.**
- **AGU diz que impacto aos cofres públicos será de R\$ 661 bilhões.**



Ação pede que índice de correção seja o mesmo da inflação oficial

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve julgar nesta quinta-feira (20) a revisão do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que poderá mudar a correção dos valores e beneficiar os trabalhadores com carteira assinada.

A ação, aberta pelo partido Solidariedade em 2014, questiona a correção do dinheiro depositado nas contas do fundo. O FGTS, atualmente, é corrigido em 3% ao ano mais a TR (Taxa Referencial), que rende próximo de zero. Desde 1999, apenas em 2017 a inflação não superou essa taxa, ficando em 2,95%.

Como a taxa é menor que a inflação, a ação pede a substituição pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), além da correção dos saldos desde 1999. O argumento é que a perda em relação à inflação teria sido de 48,3% até 2013.

O Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador estima que a perda total do FGTS chegue a

R\$ 720 bilhões, no período de 1999 a março de 2023, prejudicando mais de 60 milhões de trabalhadores. Segundo a Caixa, há 117 milhões de contas do FGTS entre ativas e inativas.

A AGU (Advocacia-Geral da União), em manifestação ao STF, apresentou uma estimativa de impacto aos cofres públicos de R\$ 661 bilhões. O órgão afirma que o FGTS, que tem cerca de R\$ 118 bilhões disponíveis em caixa, pode deixar de operar caso a ação seja aceita pelo Supremo.

Desde 2019, o andamento de todos os processos está suspenso por decisão do relator da ação, o ministro Luís Roberto Barroso. Em 2018, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) havia determinado unificar o entendimento e manter a TR como índice de correção do FGTS, em decisão desfavorável aos trabalhadores.

Mais de 200 mil ações judiciais continuam suspensas, aguardando uma definição do Supremo.

Expectativa

Esta é a quarta vez que a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sobre o assunto entra na pauta de julgamentos do plenário do Supremo. As outras foram em 2019, 2020 e 2021. Em todas as ocasiões, houve uma corrida para a abertura de ações individuais e coletivas, na expectativa de uma possível decisão favorável aos trabalhadores.

A expectativa é que o Supremo decida que a aplicação da TR para a correção do saldo do FGTS seja inconstitucional, estabelecendo algum outro índice inflacionário como taxa de correção.

“A chance de êxito é considerável, uma vez que o mesmo STF já declarou a TR inconstitucional, substituindo-a pelo IPCA, em dois outros julgamentos importantes: no caso de débitos trabalhistas e no caso de condenações contra a Fazenda Pública”, avalia Victor Gadelha, especialista em direito tributário.

“É sem dúvida o julgamento mais importante dos últimos anos para os trabalhadores, tendo em vista a imensa quantidade de pessoas que poderão ser impactadas se entrarem com a ação”, acrescenta o advogado, fundador da Easy Legal.

Em 2020, o Supremo considerou inconstitucional aplicar a TR para correção monetária de débitos trabalhistas. A Corte entendeu que a forma de cálculo da TR, que é definida pelo Banco Central, leva em consideração uma lógica de juros remuneratórios, não tendo como foco a preservação do poder de compra, que é objetivo central da correção monetária.

Quem tem direito?

Em tese, se o Supremo decidir pela aplicação de algum índice inflacionário, todos os cidadãos que tiveram carteira assinada de 1999 para cá teriam direito à revisão do saldo do FGTS. No entanto, pode haver alguma modulação para amenizar o impacto sobre os cofres da União.

“Para aproveitar a maior parte do crédito decorrente de eventual êxito dos trabalhadores, é preciso, em primeiro lugar, entrar com a ação antes do julgamento. Isto porque, em casos de grande impacto econômico como esse, o STF costuma modular os efeitos da decisão, ou seja, ele restringe seu alcance apenas para fatos geradores ocorridos a partir do julgamento de mérito”, afirma Gadelha.

Ocorre que, em casos de modulação, o STF costuma preservar as pessoas que ingressaram com a ação antes, com o direito de recuperar os valores do passado (que, no caso dessa ação, podem vir a ser apurados desde 1999).

Ou seja, o trabalhador precisa entrar com ação na Justiça para ter direito. “Caso contrário, ele provavelmente não vai receber os valores do passado, e, mesmo em relação às correções futuras, ele só as terá aplicadas espontaneamente pela Caixa Econômica Federal depois do trânsito em julgado da ADI 5090, o que deve levar ainda mais um ano para ocorrer”, explica Gadelha.

A Defensoria Pública da União (DPU) entrou como interessada na ação, devido ao grande volume de trabalhadores de baixa renda que procuram atendimento em busca da revisão do FGTS. A DPU chegou a soltar nota pública que orienta os interessados a aguardar a análise pelo Supremo antes de acionar o Judiciário.

A DPU informou que, desde 2014, move uma ação civil pública sobre o assunto na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, e que esse processo já teve o âmbito nacional reconhecido. Em caso de desfecho favorável no Supremo e na JF, “deve ser publicado um edital a fim de comunicar os interessados para que proponham ações individuais com o objetivo de executar a decisão favorável”, disse a Defensoria Pública na nota.

Lucro do FGTS

Sem mudar o índice de correção anual, o governo passou a repartir o lucro do FGTS com os trabalhadores nos últimos anos, aumentando assim o rendimento das contas. Em julho do ano passado, o Conselho Curador do Fundo aprovou a distribuição de R\$ 13,2 bilhões, equivalentes a 99% do lucro de 2021. Com isso, o rendimento para os trabalhadores passou para 5,83% ao ano em 2022.

O FGTS foi criado em 1966 como uma espécie de poupança do trabalhador com carteira assinada. Antes facultativa, a adesão ao fundo se tornou obrigatória a partir da Constituição de 1988.

Pelas regras atuais, todos os empregadores são obrigados a depositar 8% do salário de seus funcionários no fundo. Isso se aplica aos empregados urbanos, rurais e, desde 2015, também aos domésticos.

O dinheiro permanece sendo do trabalhador e fica vinculado a uma conta, gerida pela Caixa Econômica Federal, e somente pode ser sacado em condições previstas em lei — uma das principais delas, a demissão sem justa causa. Hoje o fundo serve para financiar várias políticas públicas, em especial o Sistema Financeiro Habitacional.

FONTE: R7

Paim apresenta projeto sobre negociação coletiva no serviço público

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou, nesta semana, o PL (Projeto de Lei) 1.726/23, que “Estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na Administração Pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.”



Segundo o projeto, “a negociação coletiva de que trata esta lei é o mecanismo permanente de prevenção e solução de conflitos envolvendo os servidores e empregados públicos e a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, bem como suas autarquias e fundações públicas.”

“A necessidade de regulamentação da negociação coletiva no serviço público, resultou ainda mais evidente, após, durante 4 anos, os servidores terem sido submetidos a um forte arrocho salarial”, argumenta o senador na justificativa do projeto.

E ainda “terem sido integralmente obstruídos os canais de diálogo e negociação entre o governo e entidades representativas”, acrescentou Paim.

E mais: “Por força disso, ao final de 2022 acumulavam-se perdas salariais expressivas, superando, em grande parte dos casos, mais de 35%, segundo a inflação aferida pelo IPCA-IBGE”, destacou o senador gaúcho.

Tramitação

O projeto deverá ser analisado, inicialmente, pela CAS (Comissão de Assuntos Sociais).

Fonte: DIAP

CE dá início a ciclo de discussões sobre ataques contra escolas



Pedido pela senadora Teresa Leitão, ciclo de debates começa nesta quinta (20)

A busca de soluções contra a violência e os ataques às escolas é tema de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) nesta quinta-feira (20), às 14h. A reunião é a primeira do ciclo de debates proposto pela senadora Teresa Leitão (PT-CE) que apontou a necessidade de ouvir pesquisadores, gestores e representantes do governo sobre o problema (REQ 32/2023 - CE).

O tema ganhou repercussão nacional após uma série de ataques a escolas no último mês. No início de abril de 2022, um homem invadiu uma creche na cidade de Blumenau (SC), matou quatro crianças e feriu outras quatro.

— Uma violência descabida, extrema e doentia. O que estamos vendo é uma violência descabida contra as escolas. Não é uma violência nas escolas, é contra as escolas. A promoção da cultura da paz é essencial — destacou o senador Flávio Arns (PSB-PR), presidente da CE, quando anunciou o ciclo de debates.

Foram convidados para a audiência pública:

— Raquel Gallinati, a delegada e diretora da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil e embaixadora do Instituto Pró-Vítima;

— Cristiano Nabuco de Abreu, o coordenador

do Grupo de Dependências Tecnológicas do Instituto de Psiquiatria da Faculdade Medicina da USP;

— Verônica Regina Muller, a presidente da Associação dos Educadores Sociais de Maringá (Aesmar);

— Alessandra Borelli Vieira, a advogada e professora, especialista em direito digital;

— Pedro Luis de Souza Lopes, o coronel da Polícia Militar;

— André Estevão Ubaldino Pereira, o procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais;

— Mário Hildebrandt, prefeito de Blumenau (SC);

— e um representante da Polícia Federal.

A reunião será na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 15, e também será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-cidadania ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado.

Joás Benjamin sob supervisão de Sheyla Assunção

Como participar

O evento será interativo: os cidadãos podem enviar perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e Cidadania, que podem ser lidos e respondidos pelos senadores e debatedores ao vivo. O Senado oferece uma declaração de participação, que pode ser usada como hora de atividade complementar em curso universitário, por exemplo. O Portal e Cidadania também recebe a opinião dos cidadãos sobre os projetos em tramitação no Senado, além de sugestões para novas leis.

Fonte: Agência Senado

Senadores e especialistas divergem sobre regras para uso de armas



O senador Flávio Bolsonaro (entre Michele dos Ramos e Luciano Leite) comandou o debate Edilson Rodrigues/Agência Senado

Reunidos em audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), nesta quarta-feira (19), especialistas e senadores permaneceram sem consenso sobre a política a ser adotada para a regulação de armas e munições no país. O debate foi promovido com a intenção de esclarecer dúvidas dos parlamentares em relação ao projeto de lei em tramitação no colegiado que muda as regras sobre registro, posse e venda de armas de fogo e munição (PL 3.713/2019). A proposta já esteve na pauta da CCJ, em março, mas a votação foi adiada para que o texto pudesse ser debatido em audiência pública.

Enquanto a maioria dos senadores presentes na audiência e parte dos especialistas defenderam as regras anteriores, estabelecidas por meio de portarias editadas pelo ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, outros participantes alertaram para a necessidade de se estabelecer um novo mecanismo, mais moderno e integrado, capaz de controlar e fiscalizar o acesso às armas legais no Brasil.

No início de 2023, o atual governo publicou o Decreto 11.366, que suspendeu os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores,

colecionadores, atiradores e particulares (CACs). O decreto também restringiu os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, além de suspender as concessões de novos registros de clubes e de escolas de tiro, de colecionadores, de atiradores e de caçadores. Enquanto isso, o governo criou um Grupo de Trabalho (GT) com vistas à apresentação uma proposta de regulamentação do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003) e a reestruturação da política de controle de armas no Brasil.

Na visão do senador Magno Malta (PL-ES), a política de acesso a armas de fogo estabelecida pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro trouxe mais fiscalização e tornou ainda mais difícil o desvio de uma arma de fogo para a ilegalidade.

— Às pessoas que dizem que desenfreadamente foi dado porte de arma no governo de Jair Bolsonaro explico, aos senhores, que ficou foi mais difícil. Era mais fácil. Quando ele convidou o Sérgio Moro para ser ministro, a portaria de Jair Bolsonaro foi completamente alterada, e ficou difícil demais. E tem outra coisa: não é desenfreado. Você vai para uma escola [de tiro], você tem que se inscrever, tem seus documentos, tem psicólogos, tem psiquiatras, você faz teste psicológico, traz antecedentes criminais, vai para um estande de tiro. Você pega um cara que é credenciado na Polícia Federal como instrutor. Você faz dois testes. Se não passar no primeiro, não faz o segundo — argumentou.

Os senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Jorge Seif (PL-SC) concordaram com Malta. Para eles, a alegação de que a política armamentista amplia a criminalidade não se sustenta mais, já que dados do Datasus indicam queda no número de homicídios no Brasil nos últimos anos.

— Segundo o Datasus, em 2017 nós tínhamos

uma taxa de 30,7 homicídios por 100 mil habitantes; em 2018, caiu 12%; em 2019, uma queda histórica, nunca antes na história do nosso país houve uma queda tão grande da taxa de homicídios, queda de 21,87%: a taxa que, em 2017, era de 30,7 por 100 mil habitantes, passou para 20,9 por 100 mil habitantes. Se a gente não pode falar que foi por causa da política armamentista, sim, do governo Bolsonaro, a gente pode garantir que, se essa taxa de homicídio tivesse crescido, a culpa seria dessa política armamentista — afirmou Flávio.

Caos normativo

Já na visão de representantes do governo e participantes do GT para elaboração de uma proposta de atualização da legislação, as alterações feitas por Bolsonaro extrapolaram as competências do Executivo no sentido de regulação, contando inclusive com a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) — o que, no olhar deles, causou um “caos normativo” em relação ao Estatuto do Desarmamento.

Para a diretora de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Michele dos Ramos, e para o coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, David Marques, as mudanças foram feitas num contexto em que os mecanismos de controle existentes por parte do Estado brasileiro já eram bastante insuficientes para fazer uma política responsável de controle desse armamento.

— O Brasil que chegou a 2023 é um país muito mais armado, nós temos hoje em mãos civis mais do que o dobro de armas particulares que havia em 2018. Salta de cerca de 1,3 milhão para quase 3 milhões de armas, e é um Brasil que ouviu diversas vezes a defesa do armamento civil como via de ação política, na contramão dos princípios democráticos mais elementares — ressaltou Michele dos Ramos.

CACs

O senador Eduardo Girão (Novo-CE) avaliou que a política de acesso à armas no governo anterior ficou caracterizada por uma espécie de “liberação geral”. Para ele, há um desvio de finalidade quando o registro de CACs está sendo utilizado para ampliar a permissão do porte de armas. Na opinião de Girão, o debate precisa ser técnico e sem paixões, para que seja feito um “freio de arrumação”.

— O que eu acho é o seguinte: quer liberar o porte de arma, como é em alguns outros países? Vamos fazer um debate para revogar o Estatuto do Desarmamento. É melhor. Agora, usar de um bypass [desvio] para liberar o porte através do CAC, aí são outros 500. E a gente tem que obedecer a lei que nós temos no Brasil.

Policial federal, mestre em sociologia política e doutorando em democracia, Roberto Uchôa Santos observou que a partir da criação do instituto do porte de trânsito (dispositivo que permitiu aos CACs o direito de ir e voltar dos seus clubes de tiro com suas armas carregadas, editado ainda no governo do ex-presidente Michel Temer), o número desses praticantes aumentou de forma considerável.

— Nós tínhamos, em 2017, cerca de 60 mil CACs registrados em todo o Brasil. A gente fecha 2022 com mais de 800 mil CACs registrados. É um crescimento de mais de 12 vezes. E, durante a minha pesquisa, dentro dos clubes de tiro, eu observei que essa chegada desse novo público não tinha muito a ver com a prática do desporto, com a prática do tiro desportivo. Eram pessoas que não estavam conseguindo o porte de arma pela Polícia Federal, seja porque não tinham razões para tal, seja porque não conseguiam justificar essa necessidade, e viam na possibilidade de se tornar CAC uma forma de circularem armados.

Fiscalização

Pesquisadora do Instituto Igarapé, Carolina Taboada criticou o fato de o país ter registrado aumento no número de armas nas mãos dos CACs quando, por outro lado, o país proíbe a prática de caça. De acordo com dados da própria entidade, em 2020, somente 2,3% dos arcervos de CACs, clubes e entidades de tiros foram fiscalizados. Ela salientou ainda que os registros para autorização da caça no Brasil aumentaram em 10 vezes nos últimos cinco anos, saltando de 48 mil, em 2018, para 560 mil em dezembro de 2022. Ela expôs ainda dados da Polícia Federal indicando que há mais de 1,5 milhão de armas com registros vencidos no sistema da própria PF. Para ela, todo o cenário aponta para a necessidade de reformulação do controle de armas no Brasil, com modernização dos sistemas, integrando os bancos de dados, e o aumento da interação de comunicação e registros entre as forças e órgãos de segurança.

— As renovações de registro são momentos nos quais o estado atualiza a informação da arma, garante que ela segue em posse de um cidadão que está habilitado a possuí-la. Não são só as quase 3 milhões de armas particulares que precisam ser fiscalizadas. Tem também todo esse universo de armas com registro vencido. E essa é só uma das formas pelas quais as armas vão gradualmente transitando da legalidade para a ilegalidade. E a falta de fiscalização ou previsão sobre essas armas com registro vencido faz com que o Estado perca o controle sobre elas.

Rodrigo de Barros Piedras Lopes é delegado da Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (Desarme), da Polícia Civil do Rio de

Janeiro, órgão que foi criado para repreender e rastrear a origem das armas ilegais apreendidas nas mãos de facções criminosas. Ele levantou dados de que somente neste ano já foram apreendidos 200 fuzis no Rio de Janeiro. A partir das ações desempenhadas pela delegacia, ele assegurou que a maior parte das armas de fogo apreendidas não tem origem no acervo legal.

— E eu posso falar realmente que a maior parte das armas de fogo que são apreendidas (fuzis principalmente, fuzis e armas, pistolas, pistolas que muitas vezes são modificadas para atirar de forma automática) não têm como origem o acervo legal, mas, sim, elas entram no país por fronteiras, por outros países que fazem fronteira conosco.

Críticas ao substitutivo

Na avaliação do promotor de Justiça Criminal no estado de Mato Grosso do Sul, Luciano Anechini Lara Leite, o país possui hoje uma das mais restritivas legislações de armas do mundo. Na opinião dele, que é também atirador, o texto original do PL 3.713 trazia avanços para a regulamentação de aquisição e porte de armas, em especial com a redução da idade mínima necessária para o ato, passando dos atuais 25 anos para 21 anos. No entanto, avalia, o substitutivo apresentado pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ao projeto se traduz em um “pesadelo” para o setor. Ele listou o que considera problemas no texto:

— Em especial, alteração de classificação de calibres; marcação de estojos civis, quando em verdade hoje a munição é marcada em lotes e

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

todas as caixas são rastreáveis; a confusão entre o sistema Sigma [Sistema de Gerenciamento Militar de Armas] e o Sinarm [Sistema Nacional de Armas]; a repetição de atos pelo Exército e pela Polícia Federal, engessando, atrasando e complicando ainda mais os atos; o risco efetivo de confisco; a proibição do uso de rifle semiauto em calibre como 5,56x45mm e o ponto 223 Winchester.

Clubes de tiro

A instrutora de armamento e tiro Fabíola Venera defendeu uma legislação que possa garantir segurança jurídica e o crescimento do setor. Ela expôs a realidade de famílias e atletas que fazem uso da prática esportiva como ferramenta de melhoria de vida, seja no âmbito financeiro, físico ou até mesmo para a saúde mental. Ela pediu que a legislação possa trazer dispositivo que assegure a prática esportiva para atletas de 14 a 17 anos.

— O brasileiro, de forma geral, é apaixonado por todo tipo de esporte. Uns gostam de futebol, outros de paraquedismo, e assim por diante. E a gente não pode ficar na mão de um decreto que, a qualquer momento, pode dizer: “Você não pode mais ser um atirador”, como um decreto que saiu agora em que não pode ter mais novos atiradores. De janeiro para cá, não saiu mais um CR [certificado de registro] para atirador, e nós não estamos tendo uma renovação no tiro esportivo.

Fonte: Agência Senado

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF